

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
31 de Março de 2021 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

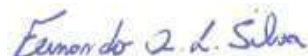
Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020			31/03/2021	31/12/2020		
CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	5	138.899	242.010	211.299	328.756	Fornecedores	13	95.269	62.595	156.488	121.523
Contas a receber	6	175.116	171.453	279.991	259.957	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	129.857	134.832	145.292	153.837
Transações com partes relacionadas	21	22.656	16.201	2.048	1.711	Passivo de arrendamento	15	51.698	53.758	70.902	71.805
Impostos a recuperar	8	30.915	51.980	63.117	78.231	Impostos a recolher	17	51.417	65.802	83.894	98.289
Despesas antecipadas	7	59.604	23.367	69.892	27.287	Salários e encargos sociais	18	92.563	106.915	114.355	138.483
Depósitos judiciais	16.1	11.940	15.930	11.940	15.930	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	135.907	34.415	135.907	34.415
Outros créditos		17.776	23.512	20.021	30.591	Transações com partes relacionadas	21	741	645	741	645
Total dos ativos circulantes		456.906	544.453	658.308	742.463	Provisão para riscos e processos judiciais	16	49.093	35.510	50.072	36.420
						Demais contas a pagar		34.131	34.276	53.314	54.879
						Total dos passivos circulantes		640.676	528.748	810.965	710.296
NÃO CIRCULANTES											
Despesas antecipadas	7	7.947	7.482	9.113	7.888	Fornecedores	13	97	97	4.318	4.001
Outros créditos		-	-	416	274	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	314.202	403.631	470.321	555.067
Depósitos judiciais e garantias	16.1	10.592	12.470	41.250	40.512	Passivo de arrendamento	15	125.735	134.789	190.286	197.528
Investimentos	11	408.923	379.182	-	-	Impostos a recolher	17	1.678	1.531	1.685	1.539
Imobilizado	12	374.299	402.402	592.163	614.087	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	263.861	270.264	261.751	267.548
Intangível:						Transações com partes relacionadas	21	29.719	27.730	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.313.725	1.313.725	1.658.892	1.641.777	Provisão para riscos e processos judiciais	16	42.288	61.458	87.302	103.579
Outros intangíveis	10	197.930	204.765	223.863	233.828	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	14.540	135.904	14.540	135.904
Total dos ativos não circulantes		2.313.416	2.320.026	2.525.697	2.538.366	Demais contas a pagar		30.224	30.479	35.535	35.519
						Total dos passivos não circulantes		822.344	1.065.883	1.065.738	1.300.685
						Total dos passivos		1.463.020	1.594.631	1.876.703	2.010.981
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Capital social	20.a)	1.106.214	1.106.214	1.106.214	1.106.214
						Ações em tesouraria		(20.079)	(20.079)	(20.079)	(20.079)
						Reservas de capital		11.877	11.877	11.877	11.877
						Reservas de lucros		121.767	121.767	121.767	121.767
						Transação com sócios		(5.174)	(5.174)	(5.174)	(5.174)
						Resultado do período		19.413	-	19.413	-
						Outros resultados abrangentes		73.284	55.243	73.284	55.243
						Total do patrimônio líquido		1.307.302	1.269.848	1.307.302	1.269.848
TOTAL DOS ATIVOS		2.770.322	2.864.479	3.184.005	3.280.829	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.770.322	2.864.479	3.184.005	3.280.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	334.103	335.430	462.825	423.986
Custo dos serviços prestados	23	(259.469)	(267.407)	(356.331)	(331.016)
LUCRO BRUTO		74.634	68.023	106.494	92.970
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	23	(14.446)	(15.963)	(18.426)	(19.168)
Gerais e administrativas	23	(15.894)	(16.813)	(25.770)	(24.323)
Resultado de equivalência patrimonial	11 e 23	9.568	9.736	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		-	19	-	19
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		53.862	45.002	62.298	49.498
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	1.095	1.301	1.753	1.650
Despesas financeiras	24	(13.591)	(15.247)	(17.651)	(19.638)
Variação cambial líquida	24	889	(2.020)	735	(1.104)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.255	29.036	47.135	30.406
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(14.711)	(4.470)	(19.762)	(6.337)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	6.409	561	6.580	1.058
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		33.953	25.127	33.953	25.127
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	27	0,37	0,27		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	0,37	0,27		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	33.953	25.127	33.953	25.127
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	19.225	25.479	19.225	25.479
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas	(1.184)	(2.331)	(1.184)	(2.331)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>51.994</u>	<u>48.275</u>	<u>51.994</u>	<u>48.275</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes acumulados	Total		
		Capital social	Capital a integralizar	Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Reserva Legal		Retenção de lucros	Lucros acumulados	Transações com sócios				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019															
		1.106.214	-	(9.881)	3.263	8.614	35.697	29.598	-	(5.174)	20.328	1.188.659			
	Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	25.127	-	-	25.127	-		
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.148	23.148	-		
	Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2020	-	-	-	-	-	-	-	(15.718)	-	-	(15.718)	-		
	Recompra de ações	-	-	(10.091)	-	-	-	-	-	-	-	(10.091)	-		
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020															
		1.106.214	-	(19.972)	3.263	8.614	35.697	29.598	9.409	(5.174)	43.476	1.211.125			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020															
		1.106.214	-	(20.079)	3.263	8.614	43.829	77.938	-	(5.174)	55.243	1.269.848			
	Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	33.953	-	-	33.953	-		
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.041	18.041	-		
	Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2021	-	-	-	-	-	-	-	(14.540)	-	-	(14.540)	-		
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021															
		1.106.214	-	(20.079)	3.263	8.614	43.829	77.938	19.413	(5.174)	73.284	1.307.302			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		33.953	25.127	33.953	25.127
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	23	40.213	37.357	53.956	47.029
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	6	399	276	437	2.205
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	10 e 12	5.077	2	7.585	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(6.409)	(561)	(6.580)	(1.058)
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	16	13.260	16.783	13.716	13.776
Juros sobre empréstimos	14 e 15	7.400	10.281	10.381	13.792
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	654	1.124	654	1.148
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	-
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		6.878	7.380	10.625	10.140
Plano de opção de ações	27	-	-	324	484
Variação cambial	11, 14 e 15	(3)	(41)	(262)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(9.568)	(9.736)		-
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber		(4.062)	(12.906)	(20.754)	(23.094)
Contas a receber de partes relacionadas		(7.701)	4.953	(1.583)	(1.575)
Impostos a recuperar		21.065	10.994	14.852	5.798
Depósitos judiciais e garantias		5.437	(577)	2.821	733
Despesas antecipadas		(36.702)	(13.558)	(43.830)	(15.327)
Outros créditos		5.736	651	10.428	(874)
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores		25.405	38.726	28.013	39.792
Partes relacionadas		901	3.252	(1.088)	10.701
Salários e encargos sociais		(21.230)	(9.473)	(34.753)	(17.817)
Impostos a recolher		(8.986)	(14.365)	(8.997)	(14.253)
Demais contas a pagar		(400)	6.685	(1.873)	14.758
Pagamento de provisão para riscos	16 e 29	(18.872)	(3.888)	(18.872)	(8.732)
Passivo de arrendamento		(906)	20.569	(11.790)	23.440
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social		51.539	119.055	37.363	126.193
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.252)	-	(5.252)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		46.287	119.055	32.111	126.193
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas	21	1.246	1.415	1.246	1.415
Adiantamento para futuro aporte de capital em controladas	11	(480)	-	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível 100% caixa	10 e 12	-	(40.338)	-	(41.798)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		766	(38.923)	1.246	(40.383)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recompra de ações	20	-	(10.091)	-	(10.091)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	20	(34.415)	-	(34.415)	-
Captação de empréstimos e debêntures	14	-	39.452	6.197	51.012
Pagamento de empréstimos e debêntures	14	(95.302)	(47.673)	(115.039)	(47.792)
Pagamento de arrendamentos	15	(14.270)	(17.460)	(19.145)	(21.193)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	(1.689)	(1.853)	(2.098)	(2.187)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(4.488)	(8.209)	(4.783)	(8.364)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(150.164)	(45.834)	(169.283)	(38.615)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	18.469	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(103.111)	34.298	(117.457)	47.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		242.010	114.649	328.756	162.505
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		138.899	148.947	211.299	209.700
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(103.111)	34.298	(117.457)	47.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	385.569	389.275	517.071	486.736
Outras receitas	-	19	-	19
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(399)	(276)	(437)	(2.205)
	<u>385.170</u>	<u>389.018</u>	<u>516.634</u>	<u>484.550</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(87.406)	(100.373)	(130.710)	(131.930)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>297.764</u>	<u>288.645</u>	<u>385.924</u>	<u>352.620</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(40.213)	(37.357)	(53.956)	(47.029)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>257.551</u>	<u>251.288</u>	<u>331.968</u>	<u>305.591</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	9.568	9.736	-	-
Receitas financeiras	2.230	178	3.299	4.422
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>269.349</u>	<u>261.202</u>	<u>335.267</u>	<u>310.013</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	<u>159.698</u>	<u>158.315</u>	<u>209.345</u>	<u>196.594</u>
Remuneração direta	130.686	125.951	165.761	152.348
Benefícios	18.060	20.765	21.108	30.443
FGTS	10.952	11.599	22.476	13.803
Impostos, taxas e contribuições	<u>61.260</u>	<u>61.501</u>	<u>69.812</u>	<u>63.526</u>
Federais	49.865	50.403	57.219	51.790
Estaduais	-	20	-	20
Municipais	11.395	11.078	12.593	11.716
Remuneração de capital de terceiros	<u>14.438</u>	<u>16.259</u>	<u>22.157</u>	<u>24.766</u>
Juros	13.837	16.143	18.462	23.514
Aluguéis	601	116	3.695	1.252
Remuneração de capital próprio	<u>33.953</u>	<u>25.127</u>	<u>33.953</u>	<u>25.127</u>
Juros sobre capital próprio	14.540	15.718	14.540	15.718
Lucros retidos do exercício	19.413	9.409	19.413	9.409
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>269.349</u>	<u>261.202</u>	<u>335.267</u>	<u>310.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e Estado de São Paulo. Seu controlador e “holding” é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas (“IoT”), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoração de negócios através da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de “Cybersecurity” através da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas (“Smart Grid”); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem através de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Plano de gestão de liquidez para os próximos doze meses

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$183.770 e R\$152.657, respectivamente. A Administração da Companhia encontra-se em processo de renegociação para alongamento do seu perfil de endividamento bancário atual, uma vez que possui limites de crédito pré-aprovados e não utilizados junto às Instituições Financeiras, em um montante superior às suas necessidades de capital de giro.

A Administração da Companhia afirma que, com as linhas de crédito pré-aprovadas apresentadas acima e com a geração de caixa estimada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há incertezas significativas que coloquem dúvidas sobre a continuidade das operações da Companhia para os próximos doze meses.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Combinação de negócios“Privally”

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia celebrou o Termo de Fechamento do Contrato (“Termo de Fechamento”), concluindo a aquisição de 100% das quotas da startup Privally Global Tecnologia LTDA. (“Privally”), especializada em soluções de gerenciamento de segurança e privacidade focada em Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”). Essa aquisição gerou um ágio inicial de R\$20.985 alocado na rubrica “Ágio na aquisição de investimentos”. A determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos será concluída durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

Esse investimento teve o intuito de crescimento na plataforma de segurança cibernética, proteção de dados e direito digital, onde é possível automatizar, monitorar e gerenciar processos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e Regulamentação Geral sobre a proteção de dados (“GDPR”), visando a prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	85
Contas a receber	112
Imposto à recuperar	1
Outros ativos	53
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(53)
Impostos a recolher	(156)
Obrigações sociais e trabalhistas	(127)
Passivos não circulantes:	
Provisão para risco e processos judiciais	(2.855)
Acervo líquido do valor justo	(2.940)
Valor total da contraprestação	(18.045)
Ágio	<u>20.985</u>

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias são consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgados em 12 de março de 2021 na nota explicativa nº 2 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

2.2. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2021

Na preparação dessas informações contábeis, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021.

Não houve emissão de novas normas aplicáveis a Companhia neste período.

2.3. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do IFRS 16 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R2)) e outras mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das informações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.4. Critérios de consolidação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às informações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas informações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas são incluídas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/03/2021	31/12/2020
Tivit USA LLC	USA	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100,00	100,00
Tivit Colômbia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia SpA	Chile	Direto	100,00	100,00
Tivit México Terceirizacion de Processos Servicios y Tecnologia	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima	Paraguai	Direto	100,00	100,00
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolívia	Bolívia	Direto	100,00	100,00
STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda.	Brasil	Direto	100,00	100,00
Privally Global Tecnologia Ltda (*)	Brasil	Direto	100,00	100,00
<u>Controladas indiretas através da Tivit Chile</u>				
<u>Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia SpA</u>				
Tivit Perú Terceirización de Processos, Servicios Y Tecnologia S.A.C.	Peru	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	99,94	99,94
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	99,00	99,00
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Servicios Cia. Ltda.	Equador	Indireto	1,00	1,00
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	75,00	75,00
Consortio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/03/2021	31/12/2020
<u>Controladas indiretas através da Tivit</u>				
<u>Colombia Tercerizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.</u>				
Tivit México Tercerizacion de Processos				
Servicios y Tecnologia	México	Indireto	0,05	0,05
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	25,00	25,00
Consórcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
Tivit Colombia DC Tercerizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	100,00	100,00
<u>Controladas indiretas através da Tivit</u>				
<u>Argentina S.R.L.:</u>				
Asesorias y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	1,00	1,00
Tivit Colombia Tercerizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	0,03	0,03
<u>Controladas indiretas através da Tivit Peru</u>				
<u>Tercerizacion de Processos, Serviços y Tecnologia S.A.C.:</u>				
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Equador	Indireto	99,00	99,00

(*) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

2.5. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das informações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.5).

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda baseia-se na avaliação dos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas informações financeiras.

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é limitada a 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável (“impairment”) contidas na IFRS 9/CPC 48.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do IFRS 3/CPC 15 (R1) (Combinação de Negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edificações	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6
Softwares	1 a 5
Direito de uso de software	1 a 8
Direito de prestação de serviços	5
Gastos com implementação de software	5
Marcas e patentes	12 a 20

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada nos períodos apresentados.

- Contratos de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. A Companhia adota o modelo Binomial de precificação de opções de compra de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 26, ao qual segue as premissas do modelo Black, Scholes e Merton.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das informações financeiras intermediárias. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e procura proteger Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de “swaps”.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e detalhados nas notas explicativas nº 14, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5) bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Dívida (i)	(743.364)	(839.107)
Caixa e equivalentes de caixa	211.299	328.756
Dívida líquida	<u>(532.065)</u>	<u>(510.351)</u>
Patrimônio líquido	1.307.302	1.269.848
Índice de endividamento líquido	<u>40,7%</u>	<u>40,2%</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis, exceto arrendamentos mercantis - direito de uso circulantes e não circulantes.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5, nº 6, , respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam 44,53% da receita líquida do período de três meses findo em 31 de março de 2021 (43,7% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	89.931	319.732	-	409.663
Debêntures	39.502	34.200	-	73.702
Arrendamento mercantil Financeiro	69.681	206.351	-	276.032
Fornecedores	95.269	97	-	95.366
Total	294.383	560.380	-	854.763

Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	89.868	475.851	-	565.719
Debêntures	39.502	34.200	-	73.702
Arrendamento mercantil Financeiro	81.784	264.284	-	346.068
Fornecedores	151.049	4.318	5.439	160.806
Total	362.203	778.653	5.439	1.146.295

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

OS ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos, dividendos e outras contas a pagar.

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas.

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 4.1.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

Risco na taxa de juros e correção monetária

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 31 de março de 2021 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R\$5.672 e despesas financeiras estimadas de R\$27.894 para os próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de março de 2021.

O valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia está sujeito à correção monetária pelos índices de inflação vigentes. Com base nos saldos existentes em 31 de março de 2021 e nas taxas de correção monetária nessa data, no cenário provável há despesas financeiras estimadas de R\$30.717 para os próximos 12 meses.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Risco (variação taxa de juros)	Exposição em 31/03/2021	Cenários		
			Provável à taxa de 31/03/2022	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures 4ª emissão - Tivit Brasil (a)	123% do CDI	(71.106)	(3.893)	(4.871)	(5.851)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(84.374)	(5.482)	(6.433)	(7.384)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	118% do CDI	(12.511)	(656)	(821)	(986)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	120% do CDI	(25.097)	(1.340)	(1.676)	(2.013)
Arrendamentos (CDI) - Tivit Brasil (a)	100% do CDI (*)	(103.770)	(8.238)	(10.337)	(12.452)
Arrendamentos (IGPM/FGV) - Tivit Brasil (c)	31,10%	(62.119)	(18.976)	(23.720)	(28.464)
Arrendamentos (IGP-DI) - Tivit Brasil (d)	30,63%	(3.620)	(1.109)	(1.386)	(1.663)
Arrendamentos (IPCA/IBGE) - Tivit Brasil (e)	6,10%	(5.807)	(354)	(443)	(531)
Arrendamentos (IPC) - Latam (f)	2,90%	(70.344)	(2.040)	(2.550)	(3.060)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(33.619)	(2.184)	(2.563)	(2.942)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.010)	(3.249)	(3.813)	(4.377)
NCE Banco Safra - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.599)	(3.287)	(3.858)	(4.428)
CCB Banco Santander - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(73.867)	(4.799)	(5.632)	(6.464)
CCB Banco Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(45.510)	(2.957)	(3.470)	(3.983)
CCB Banco Bogotá - Tivit Colômbia (b)	IBR + 2,50%	(1.135)	(47)	(51)	(56)
Aplicações financeiras (a)	100% do CDI (*)	128.072	5.672	7.089	8.504

Transação	Risco (variação taxa de juros)	Exposição em 31/03/2021	Cenários		
			Provável à taxa de 31/03/2022	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Efeito líquido no resultado			(52.939)	(64.535)	(76.150)
Deterioração comparada à projeção			-	(11.596)	(23.211)
(*) Média ponderada.					
(a) Taxa provável da variação do CDI estimada em 6% a.a. Fonte: Central do Brasil/ Focus – Relatório de Mercado de 9 de abril de 2021.					
(b) Taxa provável IBR utilizada de 2,15% a.a. Fonte: Banco Itaú - Relatório Projeções Latam abril de 2021.					
(c) Taxa provável da variação do IGPM/FGV estimada em 31,10% a.a. Fonte: Fundação Getúlio Vargas – Relatório IGP-I março de 2021.					
(d) Taxa provável da variação do IGP/DI estimada em 30,63% a.a. Fonte: IBGE Sistema Nacional de Índices – Relatório IPCA e INPC de março de 2021					
(e) Taxa provável da variação do IPCA/IBGE estimada em 6,10% a.a. Fonte: IBGE Sistema Nacional de Índices – Relatório IPCA e INPC de março de 2021.					
(f) Taxa provável da variação do IPC estimada em 2,90% a.a. Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas Chile.					

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	14.063	13.567	80.204	94.184
CDBs e debêntures compromissadas (*)	124.836	228.443	131.095	234.572
Total	138.899	242.010	211.299	328.756

Caixa e bancos

Brasil	14.063	13.567	17.196	14.892
USA	-	-	138	131
Chile	-	-	15.251	12.878
Colômbia	-	-	4.494	17.427
Argentina	-	-	10.076	14.296
Peru	-	-	8.114	6.061
Panamá	-	-	13.917	17.884
Equador	-	-	2.203	1.132
México	-	-	5.276	7.084
Bolívia	-	-	180	199
Paraguai	-	-	3.359	2.200
	14.063	13.567	80.204	94.184

CDBs e debêntures compromissadas

Brasil (*)	124.836	228.443	124.836	228.443
------------	---------	---------	---------	---------

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Argentina	-	-	3.023	3.763
StoneAge	-	-	1.374	2.366
One Cloud	-	-	1.862	-
	<u>124.836</u>	<u>228.443</u>	<u>131.095</u>	<u>234.572</u>
Total	<u>138.899</u>	<u>242.010</u>	<u>211.299</u>	<u>328.756</u>

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% (100% em 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Contas a receber faturadas	142.375	145.762	223.433	219.006
Contas a receber a faturar	48.535	41.086	76.850	60.523
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(15.794)	(15.395)	(20.292)	(19.572)
Total	<u>175.116</u>	<u>171.453</u>	<u>279.991</u>	<u>259.957</u>

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 49 dias no período findo em 31 de março de 2021 (48 dias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	110.853	110.005	170.826	167.539
Vencidas:				
Até 30 dias	5.194	13.718	13.613	20.034
De 31 a 60 dias	3.733	1.822	6.052	2.801
De 61 a 90 dias	1.637	647	2.983	993
De 91 a 180 dias	5.164	4.175	9.667	8.067
Acima de 180 dias	15.794	15.395	20.292	19.572
Total	<u>142.375</u>	<u>145.762</u>	<u>223.433</u>	<u>219.006</u>

c) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.845)	(14.885)
Adições	(9.037)	(13.364)
Baixas por perda efetiva	405	405
Reversões por recuperação (*)	4.082	9.550
Ajuste de conversão	-	(1.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.395)	(19.572)
Adições	(666)	(719)
Reversões por recuperação (*)	267	282
Ajuste de conversão	-	(283)
Saldo em 31 de março de 2021	(15.794)	(20.292)

(*) Reversões em função do recebimento de contas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Suporte e manutenção de software (a)	60.875	27.528	61.306	27.970
Outras	6.676	3.321	17.699	7.205
Total	67.551	30.849	79.005	35.175
Circulante	59.604	23.367	69.892	27.287
Não circulante	7.947	7.482	9.113	7.888

(a) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	16.728	34.086	38.528	50.556
Imposto Sobre Serviços - ISS retido sobre faturamento	527	591	8.016	7.641
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	2.750	6.042	2.750	6.042
PIS e COFINS – crédito sobre despesas operacionais	8.249	8.041	8.315	8.188
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	733	707	733	707
Outros impostos	1.928	2.513	4.775	5.097
Total	30.915	51.980	63.117	78.231

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à atividade da Companhia.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. (*)	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Chile Spa	-	-	137.488	127.139
Stone Age	-	-	88.534	88.534
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Tivit Colombia S.A.S.	-	-	30.978	28.781
Tivit Peru SRL	-	-	30.542	28.243
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Neobpo	8.886	8.886	8.886	8.886
Synapsis Panama S.A.	-	-	11.038	10.207
One Cloud	-	-	6.489	6.489
Privally (***)	-	-	20.985	20.985
Outras	17.144	17.144	36.257	34.818
Subtotal	1.325.814	1.325.814	1.670.981	1.653.866
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)	(12.089)	(12.089)
Total	1.313.725	1.313.725	1.658.892	1.641.777

Movimentação do período

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.313.725	1.564.312
Adições	-	20.985
Ajuste de tradução (**)	-	56.480
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.313.725	1.641.777
Adições	-	-
Ajustes de tradução (**)	-	17.115
Saldo em 31 de março de 2021	1.313.725	1.658.892

(*) O valor registrado refere-se ao ágio gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010. Essa empresa foi incorporada pela Companhia em fevereiro de 2011.

(**) Resultado da variação dos ajustes de tradução (conversão para moeda de apresentação) durante o exercício de ágios em transações de controladas no exterior.

(***) Empresa adquirida em novembro de 2020 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado, sendo realizada anualmente avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment").

A Companhia avaliou e entendeu que não houve alteração nos indicadores internos e externos no trimestre findo em 31 de março de 2021, e desta forma não houve a necessidade de realização de um novo teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível.

A Companhia realizará novos testes para as demonstrações referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2021 ou se indicativos de "impairment" forem identificados.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Custo	707.363	697.384	855.411	836.649
Amortização acumulada	(509.433)	(492.619)	(631.548)	(602.821)
Total	197.930	204.765	223.863	233.828

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 está assim representada:

	Controladora					Total
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.601	426.872	6.539	1.350	135.866	619.228
Adições	-	55.141	22.487	-	528	78.156
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.601	482.013	29.026	1.350	136.394	697.384
Adições	-	7.269	3.083	-	-	10.352
Baixas	-	-	(373)	-	-	(373)
Transferências	-	12.534	(12.534)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	48.601	501.816	19.202	1.350	136.394	707.363
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.411)	(313.994)	(2.244)	(1.350)	(114.385)	(433.384)
Adições	(5)	(49.822)	(3.297)	-	(6.111)	(59.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.416)	(363.816)	(5.541)	(1.350)	(120.496)	(492.619)
Adições	(1)	(14.232)	(1.246)	-	(1.335)	(16.814)
Saldo em 31 de março de 2021	(1.417)	(378.048)	(6.787)	(1.350)	(121.831)	(509.433)
Total líquido	47.184	123.768	12.415	-	14.563	197.930

	Consolidado					Total
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.859	458.040	14.512	9.772	198.238	730.421
Adições	-	55.141	24.827	22	528	80.518
Ajuste d tradução	459	7.451	-	1.704	16.096	25.710
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.318	520.632	39.339	11.498	214.862	836.649
Adições	-	7.269	4.135	-	-	11.404
Baixas	-	-	(373)	-	-	(373)
Transferências	-	12.534	(12.534)	-	-	-
Ajuste de tradução	140	3.059	-	634	3.898	7.731
Saldo em 31 de março de 2021	50.458	543.494	30.567	12.132	218.760	855.411
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.412)	(334.561)	(5.151)	(6.705)	(157.614)	(505.443)
Adições	(5)	(50.087)	(7.312)	(1.730)	(15.007)	(74.141)
Ajuste de tradução	-	(6.710)	-	(1.325)	(15.202)	(23.237)

	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.417)	(391.358)	(12.463)	(9.760)	(187.823)	(602.821)
Adições	(1)	(14.304)	(2.807)	(485)	(3.631)	(21.228)
Ajuste de tradução	-	(2.127)	-	(557)	(4.815)	(7.499)
Saldo em 31 de março de 2021	(1.418)	(407.789)	(15.270)	(10.802)	(196.269)	(631.548)
Total líquido	49.040	135.705	15.297	1.330	22.491	223.863

(a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato. Estão registrados nesse grupo os montantes de R\$11.000 e R\$52.944 (R\$11.000 e R\$52.944 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A taxa média ponderada da amortização para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. Também está registrada a alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da StoneAge no montante de R\$14.938. Referido valor será amortizado em 7 anos. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.

(b) Refere-se a aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, os montantes de R\$15.973 na controladora e R\$19.954 no consolidado (R\$12.747 na controladora e R\$16.152 no consolidado, no período de três meses findo 31 de março de 2020), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e na rubrica “Despesas gerais e administrativas” foram debitados os montantes de R\$841 na controladora e R\$1.274 no consolidado (R\$656 na controladora e R\$850 no consolidado no período de três meses findo em 31 de março de 2020).

Teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável desses ativos.

Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para 31 de março de 2021.

A Companhia realizará novos testes para as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 ou se indicativos de “impairment” forem identificados.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	408.923	379.182

Informações e movimentações dos saldos para o período findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Em 31 de março de 2021

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge	Privally (b)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250	400
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	267.920	80.730	10.439	138	2.720	79	3.816	4.262	6.393	(181)
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	88.533	20.985
Lucro (prejuízo) do período	5.632	2.332	275	(5)	1.688	(39)	1.185	557	2.038	(538)

Em 31 de dezembro de 2020

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Tivit Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge	Privally (b)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250	400
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	241.780	75.356	9.986	131	1.032	110	2.431	3.100	17.968	(122)
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	88.533	20.985
Lucro (prejuízo) do exercício	21.619	6.329	1.196	(69)	(592)	(81)	674	2.017	11.099	(37)

Movimentação dos investimentos

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge	Privally (b)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	177.509	18	1.014	157	8.113	150	1.066	3.407	112.257	-	303.691
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)
Resultado de equivalência patrimonial	21.619	2	129	(69)	(592)	(81)	674	2.017	10.702	(37)	34.364
Combinação de negócios - mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.855)	(2.855)
Dividendos STA	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.857)	-	(16.857)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	41.373	4	(66)	-	-	43	866	(2.324)	-	-	39.896
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.985	20.985
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	43	-	-	-	-	-	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	240.676	24	1.077	131	7.521	112	2.431	3.100	106.102	18.008	379.182
Adiantamento para futuro aporte de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480	480
Resultado de equivalência patrimonial	5.632	1	30	(5)	1.688	(39)	1.185	557	1.057	(538)	9.568
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	18.851	1	18	-	-	6	200	605	-	-	19.681
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	12
Saldo em 31 de março de 2021	265.159	26	1.125	138	9.209	79	3.816	4.262	107.159	17.950	408.923

(a) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Custo	1.468.815	1.475.142	2.102.703	2.067.265
Depreciação acumulada	(1.094.516)	(1.072.740)	(1.510.540)	(1.453.178)
Total	<u>374.299</u>	<u>402.402</u>	<u>592.163</u>	<u>614.087</u>
Computadores e periféricos	142.944	156.403	138.650	158.235
Máquinas e equipamentos	74.790	77.559	227.670	220.799
Direitos de uso - edificações	71.551	81.077	127.994	134.952
Benfeitorias	10.113	10.724	10.642	11.276
Edificações	23.131	23.338	27.892	27.923
Instalações	29.916	30.422	36.800	37.061
Terrenos	14.090	14.090	15.834	15.889
Móveis e utensílios	4.931	5.138	3.698	3.910
Veículos	2.833	3.651	2.983	4.042
Total	<u>374.299</u>	<u>402.402</u>	<u>592.163</u>	<u>614.087</u>

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está assim representada:

	Controladora			
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência
Custo:				
Terrenos	14.090	-	-	-
Edificações	51.132	-	-	-
Direitos de uso – edificações(i)	112.747	-	(5.386)	-
Instalações	87.330	-	-	4
Móveis e utensílios	19.536	-	-	-
Benfeitorias	129.239	-	-	-
Máquinas e equipamentos	225.841	-	-	(13)
Computadores e periféricos	820.650	-	-	9
Veículos	14.577	-	(941)	-
Total	<u>1.475.142</u>	<u>-</u>	<u>(6.327)</u>	<u>-</u>
Depreciação acumulada:				
Edificações	(27.794)	(207)	-	-
Direitos de uso – edificações (i)	(31.670)	(5.131)	991	-
Instalações	(56.908)	(510)	-	-
Móveis e utensílios	(14.398)	(207)	-	-
Benfeitorias	(118.515)	(611)	-	-
Máquinas e equipamentos	(148.282)	(2.756)	-	-
Computadores e periféricos	(664.247)	(13.468)	-	-
Veículos	(10.926)	(509)	632	-
Total	<u>(1.072.740)</u>	<u>(23.399)</u>	<u>1.623</u>	<u>-</u>
Total líquido	<u>402.402</u>	<u>(23.399)</u>	<u>(4.704)</u>	<u>-</u>

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:				
Terrenos	14.090	-	-	14.090
Edificações	51.130	2	-	51.132
Direitos de uso - edificações	90.372	22.375	-	112.747
Instalações	67.799	19.531	-	87.330
Móveis e utensílios	19.294	244	(2)	19.536
Benfeitorias	129.230	9	-	129.239
Máquinas e equipamentos	218.017	7.824	-	225.841
Computadores e periféricos	780.880	40.142	(372)	820.650
Veículos	22.144	13	(7.580)	14.577
Total	1.392.956	90.140	(7.954)	1.475.142
Depreciação acumulada:				
Edificações	(26.968)	(826)	-	(27.794)
Direitos de uso - edificações	(15.324)	(16.346)	-	(31.670)
Instalações	(55.440)	(1.468)	-	(56.908)
Móveis e utensílios	(13.518)	(882)	2	(14.398)
Benfeitorias	(116.068)	(2.447)	-	(118.515)
Máquinas e equipamentos	(137.471)	(10.811)	-	(148.282)
Computadores e periféricos	(605.316)	(59.147)	216	(664.247)
Veículos	(13.621)	(3.005)	5.700	(10.926)
Total	(983.726)	(94.932)	5.918	(1.072.740)
Total líquido	409.230	(4.792)	(2.036)	402.402

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	31/03/2021
Custo:						
Terrenos	15.889	-	-	-	(55)	15.834
Edificações	56.340	-	-	-	201	56.541
Direitos de uso – edificações(i)	180.835	7.324	(6.903)	-	-	181.256
Instalações	108.847	-	-	4	1.611	110.462
Móveis e utensílios	29.299	-	-	-	1.195	30.494
Benfeitorias	129.922	-	-	-	-	129.922
Máquinas e equipamentos	674.679	-	-	(13)	31.879	706.545
Computadores e periféricos	853.597	-	-	9	857	854.463
Veículos	17.857	-	(941)	-	270	17.186
Total	2.067.265	7.324	(7.844)	-	35.958	2.102.703
Depreciação acumulada:						
Edificações	(28.417)	(207)	-	-	(25)	(28.649)
Direitos de uso – edificações(i)	(45.883)	(7.379)	-	-	-	(53.262)
Instalações	(71.786)	(769)	-	-	(1.107)	(73.662)

	Consolidado					31/03/2021
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Ajuste de conversão	
Móveis e utensílios	(25.389)	(362)	-	-	(1.045)	(26.796)
Benfeitorias	(118.646)	(634)	-	-	-	(119.280)
Máquinas e equipamentos	(453.880)	(2.852)	-	-	(22.143)	(478.875)
Computadores e periféricos	(695.362)	(19.702)	-	-	(749)	(715.813)
Veículos	(13.815)	(823)	632	-	(197)	(14.203)
Total	(1.453.178)	(32.728)	632	-	(25.266)	(1.510.540)
Total líquido	614.087	(25.404)	(7.212)	-	10.692	592.163

	Consolidado					31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão		
Custo:						
Terrenos	15.753	-	-	136		15.889
Edificações	55.269	88	-	983		56.340
Direitos de uso - edificações	142.247	38.588	-	-		180.835
Instalações	84.023	19.531	-	5.293		108.847
Móveis e utensílios	29.245	1.697	(2)	(1.641)		29.299
Benfeitorias	129.913	9	-	-		129.922
Máquinas e equipamentos	556.087	21.321	-	97.271		674.679
Computadores e periféricos	797.310	49.081	(367)	7.573		853.597
Veículos	24.624	13	(7.580)	800		17.857
Total	1.834.471	130.328	(7.949)	110.415		2.067.265

	Consolidado					31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão		
Depreciação acumulada:						
Edificações	(27.478)	(827)	-	(112)		(28.417)
Direitos de uso - edificações	(21.740)	(24.143)	-	-		(45.883)
Instalações	(65.991)	(2.406)	-	(3.389)		(71.786)
Móveis e utensílios	(21.918)	(1.457)	1	(2.015)		(25.389)
Benfeitorias	(116.128)	(2.518)	-	-		(118.646)
Máquinas e equipamentos	(376.026)	(11.174)	-	(66.680)		(453.880)
Computadores e periféricos	(615.106)	(77.630)	217	(2.843)		(695.362)
Veículos	(15.150)	(3.950)	5.700	(415)		(13.815)
Total	(1.259.537)	(124.105)	5.918	(75.454)		(1.453.178)
Total líquido	574.934	6.223	(2.031)	34.961		614.087

- (i) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, referentes à locação de prédios para suas unidades e prédios administrativos, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem como período de locação prazos que variam entre 1 e 14 anos, os quais são passíveis de extensão por opções de renovação existentes em contrato e pela lei do inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, os montantes de R\$22.229 na controladora e R\$30.763 no consolidado (no período de três meses findo em 31 de março de 2020, os montantes de R\$23.016 na controladora e R\$28.526 no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e os montantes de R\$1.170 na controladora e R\$1.965 no consolidado (na controladora R\$1.211 e no consolidado R\$1.501 no período de três meses findo em 31 de março de 2020), na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No período findo em 31 de março de 2021, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade de provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1. Contratos de arrendamento

Em 31 de março de 2021, os contratos de arrendamento têm prazo médio de duração de 40 meses (41 meses em 31 de dezembro de 2020) e referem-se, substancialmente a aquisição de softwares e hardwares para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

Controladora					
31/03/2021				31/12/2020	
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	24.731	(13.233)	11.498	11.995
Computadores e periféricos	4 a 8	501.354	(400.119)	101.235	111.682
Software	5	85.820	(53.397)	32.423	15.213
Direito de uso - softwares	2 a 3	19.202	(6.787)	12.415	23.485
Direito de uso - edificações	6	107.361	(35.810)	71.551	81.077
Total		<u>738.468</u>	<u>(509.346)</u>	<u>229.122</u>	<u>243.452</u>

Consolidado					
31/03/2021				31/12/2020	
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	137.938	(88.063)	49.875	48.174
Computadores e periféricos	4 a 8	501.354	(400.120)	101.234	111.683
Direito de uso - softwares	2 a 3	85.820	(53.397)	32.423	26.876
Direito de uso - edificações	6	30.566	(15.269)	15.297	134.952
Software	5	181.256	(53.262)	127.994	15.213
Total		<u>936.934</u>	<u>(610.111)</u>	<u>326.823</u>	<u>336.898</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão detalhados a seguir:

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Até 1 ano	51.698	53.758
De 1 a 5 anos	125.735	128.519
Mais de 5 anos	-	6.270
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>177.433</u>	<u>188.547</u>

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Até 1 ano	70.902	71.805
De 1 a 5 anos	166.064	164.373
Mais de 5 anos	24.222	33.155
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>261.188</u>	<u>269.333</u>

(*) Incluídos nas informações financeiras intermediárias como passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 15).

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as garantias concedidas às operações de arrendamento mercantil, são os próprios ativos dos respectivos contratos.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Licença de uso e manutenção de software	10.014	9.678	24.185	21.427
Serviços profissionais	19.090	14.984	50.013	43.601
Equipamentos de informática e telecomunicação	39.647	15.308	49.584	24.178
Telefonia	1.827	1.913	5.406	6.089
Ocupação	6.846	5.387	11.240	8.498
Benefícios	9.951	9.237	12.157	11.066
Outros itens	7.991	6.185	8.221	10.665
Total	<u>95.366</u>	<u>62.692</u>	<u>160.806</u>	<u>125.524</u>
Circulante	95.269	62.595	156.488	121.523
Não circulante	97	97	4.318	4.001

Em 31 de março de 2021, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 74 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2020). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 4ª emissão (a)	71.106	114.432
NCE - Banco Bradesco S.A. (b)	84.374	83.488
NCE - Banco Santander S.A. (c)	12.511	25.152
NCE - Banco do Brasil S.A. (d)	12.521	12.528
NCE - Banco do Brasil S.A. (e)	12.576	12.503
NCE - Banco do Brasil S.A. (f)	33.619	33.466
CCB - Banco Santander S.A. (g)	-	41.659
NCE - Banco do Brasil S.A. (h)	50.010	50.016
CCB - Banco Santander S.A. (i)	73.867	73.109
NCE - Banco Safra (j)	50.599	50.068
CCB - Banco do Brasil S.A. (k)	45.510	45.017
Total ao custo amortizado	446.693	541.438
Mensurados ao valor justo:		
Custo de captação	(2.634)	(2.975)
Total	444.059	538.463
Parcela do circulante	129.857	134.832
Parcela do não circulante	314.202	403.631

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 4ª emissão (a)	71.106	114.432
NCE - Banco Bradesco S.A. (b)	84.374	83.488
NCE - Banco Santander S.A. (c)	12.511	25.152
NCE - Banco do Brasil S.A. (d)	12.521	12.528
NCE - Banco do Brasil S.A. (e)	12.576	12.503
NCE - Banco do Brasil S.A. (f)	33.619	33.466
CCB - Banco Santander S.A. (g)	-	41.659
NCE - Banco do Brasil S.A. (h)	50.010	50.016
CCB - Banco Santander S.A. (i)	73.867	73.109
NCE - Banco Safra (j)	50.599	50.068
CCB - Banco do Brasil S.A. (k)	45.510	45.017
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (l)	10.479	9.561
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (m)	8.061	7.355
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (n)	9.673	8.826
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (o)	9.914	9.047
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (p)	8.061	7.355
Moeda local (ARS) - Banco Itaú - Argentina (q)	-	208
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (r)	96.301	88.356
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (s)	5.094	4.631
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (t)	-	5.780
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá - Colômbia (u)	1.135	1.083
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (v)	-	7.100
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (w)	12.202	11.281
Moeda local (CLP) - Banco Scotiabank - Chile (x)	6.761	6.248
Moeda local (CLP) - Banco de Crédito BCP - Chile (y)	3.873	3.610
Total ao custo amortizado	618.247	711.879
Mensurados ao valor justo:		
Custo de captação	(2.634)	(2.975)
Total	615.613	708.904
Parcela do circulante	145.292	153.837
Parcela do não circulante	470.321	555.067

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 está apresentada a seguir:

Controladora						
	31/12/2020	Adições	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/03/2021
Tivit – debêntures	114.433	-	501	(42.489)	(1.338)	71.107
Custo de captação	(2.975)	(313)	654	-	-	(2.634)
Tivit – empréstimos	427.005	-	4.231	(52.500)	(3.150)	375.586
Total da dívida bruta	<u>538.463</u>	<u>(313)</u>	<u>5.386</u>	<u>(94.989)</u>	<u>(4.488)</u>	<u>444.059</u>

Consolidado							
	31/12/2020	Adições	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	31/03/2021
Tivit - debêntures	114.433	-	501	(42.489)	(1.338)	-	71.107
Custo de captação	(2.975)	(313)	654	-	-	-	(2.634)
Tivit - empréstimos	427.005	-	4.231	(52.500)	(3.150)	-	375.586
Synapsis - empréstimos	170.441	6.510	1.658	(20.050)	(295)	13.290	171.554
Total da dívida bruta	<u>708.904</u>	<u>6.197</u>	<u>7.044</u>	<u>(115.039)</u>	<u>(4.783)</u>	<u>13.290</u>	<u>615.613</u>

Controladora						
	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2020
Tivit - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	(2.975)
Tivit - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	427.005
Total da dívida bruta	<u>533.166</u>	<u>254.387</u>	<u>25.742</u>	<u>(245.302)</u>	<u>(29.530)</u>	<u>538.463</u>

Consolidado							
	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	31/12/2020
Tivit - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	-	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	-	(2.975)
Tivit - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	-	427.005
Synapsis - empréstimos	149.677	153.388	10.361	(183.771)	(10.892)	51.678	170.441
Synapsis - Custo de captação	(55)	-	55	-	-	-	-
Total da dívida bruta	<u>682.788</u>	<u>407.775</u>	<u>36.158</u>	<u>(429.073)</u>	<u>(40.422)</u>	<u>51.678</u>	<u>708.904</u>

- (a) Em 29 de junho de 2018, foram emitidas 130.000 debêntures, relativas à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$130.000, integralizadas em sua totalidade em 29 de junho de 2018, no valor de R\$130.000. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 37 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 29 de janeiro de 2021 e a última em 22 de julho de 2022, com remuneração semestral pela variação de 123% taxa do CDI, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 4.610.039 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,94% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 100% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia e como reforço de caixa.
- (b) Em 18 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI, para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 11 de Junho de 2018 o respectivo valor do Principal foi prorrogado e houve uma captação adicional no valor de R\$75.000, ambos ao custo de 121% do CDI, com pagamento de juros semestrais, carência de 24 meses e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 12 de junho de 2020 e a última com vencimento para 11 junho de 2021. Em 30 de dezembro de 2019, foi liquidado antecipadamente a parcela com vencimento em 12 de junho de 2020 e prorrogado, ao custo de 128% do CDI, o vencimento 2ª parcela para 04 de janeiro de 2021, sendo a última parcela em 11 de junho de 2021. Em 2 de dezembro de 2020, o respectivo saldo do empréstimo foi prorrogado ao custo de CDI + 2,40%a.a., com pagamento de juros semestral e amortização do principal em 4 parcelas, sendo a primeira em 16 de junho de 2022 e a última em 11 de dezembro de 2023.
- (c) Em 1º de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de março de 2021 e a última com vencimento para 16 março de 2022.
- (d) Em 05 de julho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 25 de junho de 2021 e a última com vencimento para 25 de junho de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (e) Em 23 de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 10 de março de 2021 e a última com vencimento para 10 março de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.

- (f) Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 4 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 2 de janeiro de 2023. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (g) Em 20 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$40.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 3,03% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 19 de março de 2021. Em 31 de março de 2021, não havia saldo devedor para este empréstimo.
- (h) Em 30 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,20% a.a., com pagamento de juros mensais, e amortização do principal em 30 de junho de 2021. Em 18 de dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi prorrogado, ao custo de CDI+2,55% aa, com pagamento dos juros semestralmente e amortização do principal em 3 parcelas, iguais e consecutivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 30 de março de 2022 e a última parcela em 30 de março de 2023.
- (i) Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$73.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,30% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 5 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 11 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de dezembro de 2023.
- (j) Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Safra S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,40026% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 18 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de janeiro de 2024.
- (k) Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$45.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,55% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 3 parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 30 de dezembro de 2022 e a última com vencimento para 30 de dezembro de 2023.
- (l) Em 20 de julho de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 6,60%a.a. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (m) Em 11 de agosto de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 7,08% a.a. Em 4 de junho de 2018, a taxa de juros do respectivo empréstimo foi renegociada ao custo de 6,60% a.a., e com pagamento de juros semestrais. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (n) Em 29 de março de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.

- (o) Em 31 de julho de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.230.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (p) Em 19 de março de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,60% a.a., com vencimento para 20 de maio de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (q) Em 27 de abril de 2018, a Tivit Argentina captou, junto ao Banco do Itaú Argentina S.A., um empréstimo no valor de ARS 30.000 (pesos Argentinos), ao custo de 31,15% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 36 meses, sendo primeira parcela com vencimento para 27 de maio de 2018, devidamente liquidada e a última com vencimento para 27 abril de 2021. Em março de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (r) Em 29 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Itaú Chile S.A., um empréstimo no valor de CLP 12.064.000 (pesos chilenos), ao custo 5,76% a.a., com vencimento em 28 de maio de 2021. Em 28 de dezembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 29 de dezembro de 2022, ao custo de 3,15% a.a.
- (s) Em 27 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.890.000 (pesos chilenos), ao custo 6,95% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo primeira parcela com vencimento para 21 de junho de 2019 e a última para 11 de junho de 2021.
- (t) Em 29 de novembro de 2018, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 7.500.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,30%a.a., para pagamento em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de maio de 2019 e a última parcela com vencimento e 13 de novembro de 2021. Em fevereiro de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (u) Em 30 de dezembro de 2019, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 6.866.666.660 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,50%, para pagamento em 10 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2020 e a última parcela vencimento em 30 de dezembro de 2022.
- (v) Em 24 de março de 2020, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 5.000.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,581%a.a., para pagamento em 12 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 24 de junho de 2020 e a última parcela com vencimento e 27 de março de 2023. Em fevereiro de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (w) Em 25 de junho de 2020, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.537.000 (pesos chilenos), ao custo 5,04% a.a., com pagamentos de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de maio de 2022.
- (x) Em 16 de setembro de 2020, a Tivit Chile captou junto ao Banco Scotiabank um empréstimo no valor de CLP 851.010 (pesos chilenos), ao custo 2,752% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal com vencimento para 16 de novembro de 2020. Em 11 de novembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de fevereiro de 2021 e seu custo alterado para 2,252% a.a. Em 09 de fevereiro de 2021 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 05 de maio de 2021 e seu custo alterado para 2,46% a.a.

- (y) Em 6 de outubro de 2020, a Tivit Peru captou junto ao Banco de Crédito BCP um empréstimo no valor de PEN 2.500.000 (novo sol peruano), ao custo 1,34% a.a., para pagamento em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 8 de novembro de 2021 e a última parcela com vencimento em 5 de outubro de 2023.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
2022	132.933	222.642	287.436	370.507
2023	165.467	165.467	167.084	169.040
2024	16.668	16.667	16.667	16.665
	315.068	404.776	471.187	556.212
Custo de captação	(866)	(1.145)	(866)	(1.145)
Total	314.202	403.631	470.321	555.067

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

“Covenants” financeiros

Controladora e consolidado:

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenants”). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.
- O limite do índice financeiro, a ser atingido pela Companhia, está definido como a relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes em cada trimestre dos anos de 2020, 2021 e 2022 ou até a data de vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens (a, b, d, f, i, j).

Em 31 de março de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 1,16 (1,16 em 31 de dezembro de 2020).

“Covenants” não financeiros

A seguir estão apresentados os principais “covenants” não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias úteis.

- Transformação da forma societária da Companhia de Companhia por ações para Companhia limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.
- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Companhias por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.

Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R\$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.

- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de “stock option” aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com os “covenants” não financeiros.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Arrendamentos mercantis (a)	103.770	106.126
Arrendamentos mercantis – direitos de uso (b)	73.663	82.421
Total	177.433	188.547
Parcela do circulante	51.698	53.758
Parcela do não circulante	125.735	134.789

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Arrendamentos mercantis (a)	127.751	130.203
Arrendamentos mercantis – direito de uso (b)	133.437	139.130
Total	261.188	269.333
Parcela do circulante	70.902	71.805
Parcela do não circulante	190.286	197.528

- (a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de “sale & leaseback”, a valor de livros no montante de R\$54.093, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 30 de junho de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de “sale & leaseback” para 13 de dezembro de 2021, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a.
- (b) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2).

A movimentação dos saldos para o período findo em 31 de março de 2021 está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	200.936	267.155
Novos contratos	190.452	209.430
Baixa de contratos	(120.373)	(120.373)
Juros incorridos	11.966	16.824
Variação cambial	-	569
Ajuste de conversão	-	6.247
Pagamento de juros	(10.891)	(12.259)
Pagamento de principal	(83.543)	(98.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	188.547	269.333
Novos contratos	6.945	6.945
Baixa de contratos	(4.768)	(7.276)
Juros incorridos	2.668	3.991
Ajuste de conversão	-	9.700
Variação Cambial	-	(262)
Pagamento de juros	(1.689)	(2.098)
Pagamento de principal	(14.270)	(19.145)
Saldo em 31 de março de 2021	177.433	261.188

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Tributárias (a)	25.393	24.527	42.170	39.845
Trabalhistas e previdenciárias (b)	65.859	72.311	95.074	100.024
Cíveis (c)	130	130	130	130
Total	91.381	96.968	137.374	139.999
Circulante	49.093	35.510	50.072	36.420
Não circulante	42.288	61.458	87.302	103.579

- (a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades.

- (b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, R\$22.439 (R\$20.936 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.
- (c) Referem-se, principalmente, a provisões constituídas para fazer face a eventuais discussões judiciais, relativas a questões contratuais.

Em 6 de abril de 2016 e em 5 de novembro de 2019, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$798.361 (R\$224.669 de principal e R\$573.692 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014 e período de abril de 2014 a dezembro de 2016, respectivamente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias no valor total de R\$669.889 e remota para outras no valor total de R\$128.472.

Em 1º de janeiro de 2019, passou a ser vigente a IFRIC 23 (ICPC 22) - incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro. A norma escreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia especifique requisitos de divulgação para incertezas relacionadas a tributos sobre o lucro correntes e diferidos (ativos e passivos) e deve ser aplicada conforme a legislação vigente. A Administração avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos e concluiu que não há incertezas sobre o tratamento fiscal de acordo com a legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, a companhia é, ainda, parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos, de aproximadamente R\$241.072, dividido em R\$62.797, R\$22.678 e R\$155.597 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de março de 2021 (R\$233.530 dividido em R\$58.877, R\$18.938 e R\$155.715 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), e estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação da provisão para o período findo em 31 de março de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.373	129.682
Adições e utilizações	61.528	57.209
Combinação de negócios	-	2.855
Pagamentos	(54.933)	(60.754)
Ajustes de conversão	-	11.007
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96.968	139.999
Adições, líquido de utilizações	13.716	13.716
Pagamentos	(19.303)	(19.303)
Ajuste de conversão	-	2.962
Saldo em 31 de março de 2021	91.381	137.374

16.1. Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, registrou os saldos de depósitos judiciais, que estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu um ativo no montante de R\$3.428 na controladora e R\$34.086 no consolidado (de R\$3.428 na controladora e R\$31.470 no consolidado em 31 de dezembro de 2020), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Tivit Chile (Synapsis).

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Tributárias	-	-	15.212	13.759
Trabalhistas e previdenciárias	22.532	28.400	37.978	42.683
Total	22.532	28.400	53.190	56.442
Parcela do circulante	11.940	15.930	11.940	15.930
Parcela do não circulante	10.592	12.470	41.250	40.512

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	1.678	1.531	1.678	1.531
ISS	7.293	7.385	9.646	9.202
COFINS	9.767	10.633	9.782	10.636
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	12.776	8.949	13.335	9.091
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB	7.348	7.894	7.617	8.080
PIS	906	1.066	909	1.066
Imposto de renda e contribuição social	9.748	25.810	27.108	39.474
Outros	3.579	4.065	15.504	20.748
Total	53.095	67.333	85.579	99.828
Parcela do circulante	51.417	65.802	83.894	98.289
Parcela do não circulante	1.678	1.531	1.685	1.539

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota corresponde à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Provisão para férias e encargos sociais	53.329	55.663	63.127	65.664
Participação nos resultados	7.749	33.368	14.889	49.682
Salários e encargos sociais	16.585	12.499	17.796	16.456
Outros	14.900	5.385	18.543	6.681
Total	<u>92.563</u>	<u>106.915</u>	<u>114.355</u>	<u>138.483</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:				
Prejuízo fiscal e base negativa	172.152	178.572	173.564	180.540
Provisão para fornecedores	12.604	9.130	12.612	9.162
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230	5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.370	5.234	5.370	5.234
Provisão para dissídios e encargos sociais	6.601	5.071	9.727	8.076
Provisão para bônus	5.298	5.973	8.337	8.783
Provisão para SAT	430	380	430	380
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	1.467	1.467	1.467	1.661
Provisão para plano de ações	-	-	-	-
Provisão para contingências	16.161	10.544	16.161	10.544
Provisão - Incorporação Neobpo	6.423	6.423	6.421	6.421
Outros	3.099	1.839	35.899	34.189
Total	<u>234.835</u>	<u>229.863</u>	<u>275.218</u>	<u>270.220</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ágio de incorporadas (i)	438.521	437.595	438.521	437.595
Diferenças temporárias (ii)	56.877	58.529	56.877	58.529
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	10.202	9.964
Ativo fixo - "arrendamentos mercantis"	-	-	18.566	18.637
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iii)	2.766	2.766	10.859	10.599
"Mais valia" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iii)	532	532	532	532
Outros	-	705	1.412	1.912
Total	498.696	500.127	536.969	537.768

- (i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.
- (ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.
- (iii) Refere-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Tivit Chile (Synapsis).

b) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	229.863	(500.127)	(270.264)
Adições	12.073	(925)	11.148
Baixas	(7.101)	2.356	(4.745)
Saldo em 31 de março de 2021	234.835	(498.696)	(263.861)

Classificados no ativo -

Classificados no passivo (263.861)

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270.220	(537.768)	(267.548)
Adições	14.207	(3.002)	11.205
Baixas	(15.101)	4.911	(10.190)
Ajuste de tradução	5.892	(1.110)	4.782
Saldo em 31 de março de 2021	275.218	(536.969)	(261.751)

Classificados no ativo -

Classificados no passivo (261.751)

c) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de março de 2021	Controladora	Consolidado
2021	29.539	33.347
2022	34.774	40.397
2023	46.761	54.771
2024	60.979	69.638
2025 em diante	62.782	77.065
Total	234.835	275.218

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2021 e de 2020 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.255	29.036	47.135	30.406
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(14.367)	(9.872)	(16.026)	(10.338)
Bônus - estatutários	(2.503)	(1.528)	(2.585)	(1.528)
Equivalência patrimonial	3.253	3.310	-	-
Plano de compra de opção de ações - estatutários	-	-	(160)	-
Brindes e doações	(71)	(114)	(71)	(114)
Juros sobre capital próprio	4.944	5.344	4.944	5.344
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	264	80	264	80
Diferença de alíquota – exterior	-	-	674	(48)
Ajuste de tradução	-	-	(357)	1.228
Outros	178	(1.129)	135	97
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	(8.302)	(3.909)	(13.182)	(5.279)
Correntes	(14.711)	(4.470)	(19.762)	(6.337)
Diferidos	6.409	561	6.580	1.058
Alíquota efetiva	19,65%	13,46%	27,97%	17,36%

Alterações nas legislações tributárias – Argentina, Colômbia e Chile*Reforma tributária argentina*

Em 29 de dezembro de 2017, foi modificada a Lei do Imposto de Renda na Argentina cujo efeito principal é uma diminuição na taxa de imposto de renda para os lucros não distribuídos, passando de um percentual de 35% em 2017 para 20% no ano de 2021. Para os anos de 2019 e 2020 a taxa de imposto de renda foi de 30%. No caso de os dividendos serem distribuídos sobre os lucros para esses anos (2019 a 2020), a alíquota aplicável é de 35%, para o qual o imposto já pago deve ser deduzido.

No caso das empresas com prejuízo fiscal, a taxa que se aplica como crédito para cada ano é a seguinte:

- 2018 -30%.
- 2019 -30%.
- 2020- 25%.

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Tivit Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 28 dezembro de 2018, na Colômbia, foram introduzidas algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2019, conforme a seguir:

Imposto de renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

Tipo companhia	Ano	Tarifa
Companhia nacional	2019	33%
Companhia nacional	2020	32%
Companhia nacional	2021	31%
Companhia nacional	2022	30%
Companhia em zona franca	2019	20%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.106.214 está dividido em 91.975.060 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	31/03/2021		31/12/2020	
	Número de ações	%	Número de ações	%
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações				
Multiestratégia	86.422.871	93,96	86.422.871	93,96
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.492.015	4,88	4.492.015	4,88
Ações em tesouraria	777.448	0,85	777.448	0,85
Outros	282.726	0,31	282.726	0,31
Total	<u>91.975.060</u>	<u>100,00</u>	<u>91.975.060</u>	<u>100,00</u>

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de janeiro de 2020, instrumento particular de compra e venda de ações datado de 30 de junho de 2020 e distrato de compra e venda de ações foram movimentadas 382.203 ações para manutenção em tesouraria.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 27 de dezembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao último trimestre de 2019, totalizando R\$34.415, pagos em 4 de janeiro de 2021.

Em 31 de março de 2020, foram destinados R\$15.718 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de junho de 2020, foram destinados R\$15.950 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foram destinados R\$15.710 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de dezembro de 2020, foram destinados R\$20.167 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 31 de março de 2021, foram destinados R\$14.540 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das demonstrações financeiras de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial sobre contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 21), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber:				
Tivit Chile	136	91	-	-
Tivit Peru SRL	142	136	-	-
Tivit USA	44	8	-	-
Tivit México	528	498	-	-
Tivit México (e)	-	-	-	-
Tivit Chile (f)	7.524	6.800	-	-
Tivit Argentina (e)	7.540	6.756	-	-
Tivit Equador (e)	-	-	-	-
One Cloud	4.612	-	-	-
Privally	82	201	-	-
Total Controladas	20.608	14.490	-	-
Coligada:				
Neobpo (e)	2.048	1.711	2.048	1.711
Total Coligada	2.048	1.711	2.048	1.711
Total ativo circulante	22.656	16.201	2.048	1.711
<u>Passivo circulante</u>				
Coligada:				
Neobpo (d)	741	645	741	645
Total coligada	741	645	741	645
Total passivo circulante	741	645	741	645
<u>Passivo não circulante</u>				
Contas a pagar:				
Tivit Argentina SRL (b)	13.800	13.800	-	-
Tivit Chile (b)	14.320	12.335	-	-
One Cloud	1.556	1.556	-	-
Tivit Peru SRL (b)	43	39	-	-
Total controladas	29.719	27.730	-	-
Total passivo não circulante	29.719	27.730	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Resultado				
Neobpo (a) (e)	2.192	1.705	2.192	1.019
México (f)	-	-	-	-
Tivit Argentina (f)	-	-	-	-
Chile (i)	-	(8.905)	-	-
Atualização monetária - contrato de mútuo				
(a)	-	276	-	276
Variação cambial	(1.246)	(1.415)	-	(2.902)
Total	946	(8.339)	2.192	(1.607)

(a) Refere-se a contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2021 conforme definido no anexo 1 do Segundo Aditamento ao contrato de mútuo datado de 29 de setembro de 2017. As parcelas serão acrescidas de 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento Cetip UTM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,3198% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir da data de início do contrato até o dia da efetiva liquidação das parcelas previstas. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi liquidado antecipadamente pela Neobpo.

(b) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Tivit Chile e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar para essas empresas nos montantes de R\$ 947 e R\$ 18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2017, foram amortizados R\$3.204 e em novembro de 2018 amortizados R\$1.018 do valor a pagar à Synapsis Argentina.

Exceto pelo valor de R\$947, o montante de R\$13.416, sendo Tivit Chile R\$13.373 e Synapsis Peru R\$43, refere-se a conta corrente entre a Companhia e essas controladas. A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não têm atualização monetária.

(c) Refere-se a contas a receber referente ao contrato de prestação de serviços de TI e "cloud" para a Neobpo.

(d) Refere-se ao contrato de aluguel de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.

(e) Refere-se à prestação de serviços de implementação e consolidação de data center na controlada Tivit México, Tivit Argentina e Tivit Equador.

(f) Refere-se ao contrato em dólar norte-americano (US\$) para prestação de serviços de implementação e consolidação de "cloud" pela controlada Tivit Chile.

Em 31 de março de 2021 a Companhia tinha o montante de R\$ 80.361 referente a avais e garantias concedidas para as controladas Tivit Chile, Tivit Colômbia e Synapsis Argentina.

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receita de serviços prestados	385.569	389.275	517.071	478.503
Impostos sobre serviços prestados (*)	(51.466)	(53.845)	(54.246)	(54.517)
Receita líquida de serviços	<u>334.103</u>	<u>335.430</u>	<u>462.825</u>	<u>423.986</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

23. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Despesas com pessoal	159.698	158.315	209.345	196.594
Depreciações e amortizações	40.213	37.357	53.956	47.029
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	59.495	55.843	82.341	59.122
Despesas com ocupação	9.726	10.165	12.287	12.794
Telefonia, conectividade e "link"	4.509	4.499	7.865	7.077
Aluguel e condomínio	601	116	3.695	1.252
Serviços de terceiros	8.937	11.003	23.204	21.699
Viagens	242	1.683	508	3.544
Equivalência patrimonial	(9.568)	(9.736)	-	-
Outros custos e despesas, líquidas	6.388	21.183	7.326	25.377
Total	<u>280.241</u>	<u>290.428</u>	<u>400.527</u>	<u>374.488</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	259.469	267.407	356.331	331.016
Despesas com vendas	14.446	15.963	18.426	19.168
Despesas gerais e administrativas	15.894	16.813	25.770	24.323
Resultado de equivalência patrimonial	(9.568)	(9.736)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	(19)	-	(19)
Total	<u>280.241</u>	<u>290.428</u>	<u>400.527</u>	<u>374.488</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	847	956	1.504	1.019
Outras receitas	248	345	249	631
Total	<u>1.095</u>	<u>1.301</u>	<u>1.753</u>	<u>1.650</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(9.757)	(10.269)	(11.510)	(12.698)
Juros de arrendamento	(2.668)	(3.382)	(3.967)	(4.439)
Outras despesas financeiras	(1.166)	(1.596)	(2.174)	(2.501)
Total	(13.591)	(15.247)	(17.651)	(19.638)
Variação cambial, líquida	889	(2.020)	735	(1.104)
Total	889	(2.020)	735	(1.104)
Resultado financeiro	(11.607)	(15.966)	(15.163)	(19.092)

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de março de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$2.732 na controladora e consolidado (R\$3.481 na controladora e consolidado em 31 de março de 2020), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	1.569	1.892
Bônus	1.090	1.506
Outros benefícios	73	83
Total	2.732	3.481

26. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de julho de 2010 (Plano 1) e em 26 de dezembro de 2016 (Plano 2), os acionistas da Companhia aprovaram os planos de opção de compra de ações da Companhia para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações										Premissas valor justo	
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - reais	Precificação de opções a data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade	
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
1	2016	31.357	-	(120.672)	4.061.466	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos	
2	2016	3.397.810	-	(98.000)	3.299.810	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos	
1	2017	225.386	(4.286.852)	-	-	-	-	-	-	-	
2	2017	152.790	-	(93.333)	3.359.267	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos	
2	2018	710.000	-	(33.333)	4.035.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2018	-	-	(57.500)	3.978.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2018	-	-	(30.000)	3.948.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2018	-	-	(102.500)	3.845.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2020	130.000	-	-	3.975.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2020	-	-	(188.750)	3.787.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2020	-	-	(85.000)	3.702.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	
2	2020	37.500	-	-	3.739.684	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos	

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, não tivemos despesas referentes ao valor justo das opções concedidas.

Controladas (Tivit Chile e Tivit Colômbia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções phantom.

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações								Premissas valor justo	
Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação (efeito acumulado)	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2015	390.000	-	-	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos
2018	20.000	(11.700)	(18.300)	380.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	2 anos
2019	10.000	(48.000)	-	342.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano
2020	-	(327.000)	-	15.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano

A despesa referente ao valor justo das opções reconhecida no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$324 (R\$484 no período de três meses findo em 2020), registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” em contrapartida ao passivo.

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	33.953	25.127
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.975	91.975
Lucro básico por ação - R\$	0,37	0,27
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	33.953	25.127
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.975	91.975
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	1.717	1.005
Total (em milhares)	93.692	92.280
Lucro diluído por ação - R\$	0,36	0,27

28. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS FUTUROS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esses contratos tiveram início em julho de 2013 (sem data de vencimento). Em 31 de março de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato para os próximos 12 meses é de R\$ 135.600 (R\$172.163 em 31 de dezembro de 2020). A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.
- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão de voz. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Em 31 de março de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato para os próximos 12 meses é de R\$ 14.533 (R\$18.727 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.
- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de março de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato para os próximos 12 meses é de R\$140.144 (R\$156.465 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.
- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de março de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato para os próximos 12 meses é de R\$357.381 (R\$322.217 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.
- Contratos de arrendamento - a Companhia possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 15.

Fianças bancárias

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	31/03/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	-	196	-	178
Garantias judiciais	2.267	32.183	2.611	30.279
Garantias fiscais	12.706	12.706	12.706	12.706
Garantias de clientes	643	34.757	-	32.416
Total	15.616	79.842	15.317	75.579

29. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Fornecedores de licença de uso de software não liquidados	-	548	-	548
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	-	-	-	-
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	6.571	20.595	6.571	20.595
Liquidação de contingências com depósitos judiciais	431	1.803	431	1.803
Provisão de juros sobre capital Próprio	14.540	15.718	14.540	15.718

30. IMPACTOS DO COVID-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Mesmo operando com a maioria da força de trabalho de forma remota, através da sua estrutura e plataforma de tecnologia, as operações aos clientes têm sido conduzidas dentro da normalidade, não havendo mudança em relação ao fornecimento dos seus serviços, ativos financeiros e demais posições patrimoniais. Não foram percebidas perdas potenciais materiais de liquidez, inadimplência ou outros riscos corporativos. Para que seja possível acompanhar os avanços da pandemia em todos os sites, foi montada uma estrutura de comitês de crises com acompanhamento mais frequente dos resultados operacionais e financeiros.

As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais da Companhia apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Administração da Companhia acompanhará a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global, e caso venha a ser necessário, irá adequar as operações de acordo com o volume dos negócios. Neste momento os contratos firmados com clientes não apresentam riscos de serem rescindidos e os recebíveis de não serem quitados.

A Companhia vem realizando testes de recuperabilidade dos seus ativos relevantes, considerando os impactos potenciais decorrentes do COVID-19 nas suas operações, e até o momento não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas em suas informações financeiras intermediárias.

Com o objetivo de mitigar o risco de contaminação dos seus colaboradores e com quem os mesmos se relacionam, a Companhia adotou diversas medidas, recomendações e determinações vindas dos órgãos de saúde e autoridades locais. Todas as atividades que não requerem que os profissionais estejam presencialmente nos sites estão sendo realizadas remotamente na modalidade de teletrabalho. Essa medida visou inclusive evitar aglomerações nos sites onde é indispensável a presença física de determinados profissionais. Também foram implantadas nesses sites ações e reorganizações de trabalhos seguindo um protocolo rigoroso de higienização.

31. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	797.578	796.785
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	45.705	43.908
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	10.000	10.000

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020
Automóveis	Cobertura básica	17.060	17.724
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
	Cyber Security	7.000	7.000
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	647.461	649.192

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de abril de 2020, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de participação societária, concluindo a aquisição de 100% das quotas da Startup Devapi Tecnologia Ltda. (“Devapi”), empresa responsável pela criação de uma plataforma de integração de sistemas e dados. Com a aquisição, a Companhia passa a contar com uma plataforma de IPaaS (*Integration Platform as a Service*) ou plataforma de integração de sistema como serviço, na qual é possível lidar com diversos aplicativos, além de sistemas e APIs, e gerenciá-los de uma forma centralizada e intuitiva.

O preço de aquisição base foi de R\$1.000.000 (um milhão de reais), além do preço de aquisição variável condicionado à apuração dos resultados da Devapi em 2021, 2022, 2023 e 2024.

Adicionalmente ao preço de aquisição, a Companhia realizará o investimento primário no valor de até R\$1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais).

33. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As presentes informações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 7 de maio de 2021.